

Dependência, entreguismo e parasitismo estatal

ANGELITA MATOS SOUZA*

Neste texto, iniciamos com questões gerais relativas ao Estado dependente, na sequência discorremos sobre os clientelismos, político e privado, procurando indicar diferenças entre os países centrais e os dependentes-periféricos. Abordaremos os clientelismos como *parasitismos* no capitalismo, e não como resquícios de formas de dominação precedentes. Também apontamos a relação de complementariedade entre neoliberalismo e clientelismos, argumentando que estes podem ser úteis na luta política em prol da implementação das contrarreformas neoliberais e, nesse caso, só costumam ser rechaçados no plano dos discursos. Por fim, enfocamos o parasitismo manifesto no rentismo predominante na fase atual do capitalismo dependente-periférico, e sustentamos que a pior forma de parasitismo é a engendrada pela dívida pública, algo evidente no Brasil em especial, onde os juros altos têm sido mais a regra que a exceção.

As considerações gerais sobre o Estado dependente, pressupostas na abordagem sobre a natureza parasitária do Estado capitalista (dependente), são as seguintes:

1. a dependência pode ser entendida como um movimento no qual o efeito vira causa, ou seja, é um efeito do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala global que se transforma na causa da situação de dependência de boa parte das formações sociais capitalistas. Assim sendo,

* Livre-docente em História Econômica e docente do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp. E-mail: angelitams2010@gmail.com

- a análise do Estado nessas formações tem de considerar a sua natureza dependente;
2. as relações de dependência entre países periféricos e o centro capitalista alteram-se conforme as fases do imperialismo. Desde a virada do século XX para o XXI, uma fase nova nas relações de dependência entrou em cena,¹ diferente da que caracterizou o período de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, quando foi possível combinar dependência com desenvolvimento (industrial) em alguns países dependentes. Na fase atual, essa combinação tornou-se bem mais difícil;
 3. concordamos com Amin (1990) que nem todo país dependente é periférico, como os casos do Canadá e da Espanha, mencionados pelo autor. A partir dessa perspectiva, defendemos (Souza, 2021) que existem (i) os países que pertencem à lista das potências imperialistas; (ii) os países dependentes das relações e alianças políticas com essas potências (por exemplo, Canadá, Coreia do Sul, Espanha); e (iii) a lista dos países periféricos e dependentes, em posições subordinadas com relação às potências e aos seus sócios nas posições intermediárias, sendo essa a situação de todos os países latino-americanos: são periféricos e dependentes;
 4. a estrutura do Estado capitalista nas formações sociais periféricas e dependentes reproduz a dos Estados dos países centrais (burocratismo e direito capitalista), com maior ou menor efetividade, e produz os mesmos efeitos ideológicos à medida que a cópia se aproxima do original. Também do ponto de vista da forma de Estado e do regime político, não há nenhum obstáculo estrutural à democracia; no entanto, essa forma de Estado e de regime político costuma assumir configurações mais modestas, comparativamente aos países dominantes na cadeia imperialista;
 5. fundamentalmente, o Estado dependente se distingue pela configuração do bloco no poder, uma vez que interesses estrangeiros pesam decisivamente sobre os rumos das políticas estatais, podendo ser esses interesses os priorizados pelo Estado dependente. Aliás, atualmente parece que nos países periféricos-dependentes impera a hegemonia de interesses estrangeiros – hipótese plausível que, todavia, exige comprovação empírica. Desse modo, defendemos apenas que, na fase atual do imperialismo-dependência, combinar desenvolvimento com dependência ficou mais difícil. A cautela se justifica inclusive por entendermos que a hegemonia de interesses estrangeiros no bloco no poder pode restringir a soberania estatal e a autonomia econômica sem bloquear a evolução do capitalismo (o desenvolvimento das forças produtivas);

1 Ideia apresentada por alguns autores (Amin, 2002; Fiori, 1995; Harvey, 2004; Saes, 2007) que procuramos desenvolver em outra oportunidade (Souza, 2021).

6. nos países centrais, os Estados respondem igualmente a uma miríade de interesses que abarcam os de origem estrangeira e, ao zelar pelos interesses dos *seus capitalistas* no mercado mundial, os Estados costumam defender também interesses oriundos de outros países. Em especial, os Estados dominantes atuam em bloco na defesa dos interesses do capital financeiro internacional, mirando a realização de interesses nacionais. Não é assim em se tratando dos Estados dependentes, estes tendem à defesa de interesses forâneos em detrimento de interesses nacionais – do Estado nacional e/ou dos *seus* capitalistas.² Dessa forma, os interesses capitalistas estrangeiros no espaço econômico periférico podem contar com a proteção dos seus Estados de origem e a dos Estados dependentes;
7. para encerrar, vale rechaçar qualquer visão do Estado dependente como meramente instrumentalizado pelos *empregados* dos capitalistas estrangeiros.³ De modo geral, há dois empecilhos básicos a esse tipo de visão: em primeiro lugar, as lutas políticas domésticas e, em segundo, o fato de o capital estrangeiro não ser um conjunto único e homogêneo. Notadamente, esses dois fatores conferem autonomia relativa para o Estado dependente conduzir a política estatal, com mais ou menos soberania, conforme as conjunturas, a depender de resistências locais.

Sobre o parasitismo de Estado, embora seja uma característica do capitalismo em geral, entendemos ser possível distinguir traços nos Estados dependentes, ausentes ou menos proeminentes nos Estados dominantes. Importa sublinhar que inexistem de nossa parte qualquer adesão aos ataques do campo liberal a supostas irracionalidades, ineficiências, gigantismo e adjetivos afins usados para se criticar o Estado. Ao contrário, se for para falar em *irracionalidade*, esta reside nesse tipo de ataque àquilo que é condição de existência do capitalismo, não desaparecendo com o seu desenvolvimento. Com efeito, o parasitismo, como o clientelismo e o rentismo, em muito garante a resiliência do sistema, em meio às suas crises

2 Usamos essa fórmula, “do Estado nacional e/ou dos *seus* capitalistas”, porque existem inúmeras situações históricas em que o Estado dependente pode perseguir interesses nacionais, desenvolvimentistas, indo de encontro ao que deseja o bloco no poder como um todo. Isso não o livra da política interna, da tarefa de mediar interesses e fazer concessões, uma vez que o Estado nunca atua em um vácuo social. Seria essa, por exemplo, a situação de crise de hegemonia que caracterizou os governos Vargas, que promoveu a industrialização praticamente sem o apoio das frações de classes ou classes dominantes, inclusive representantes do setor industrial não eram favoráveis ao processo de industrialização varguista.

3 No mundo periférico, devem existir situações desse tipo, mas não seria o caso do Brasil, pois sequer sob a República Velha, quando os interesses hegemônicos eram os do capital financeiro internacional, se poderia afirmar que o Estado era um mero executor dos interesses desse capital, localmente defendidos pelos representantes do grande capital cafeeiro local. A título de ilustração, podemos mencionar o primeiro esquema de valorização dos preços do café pelo estado de São Paulo, quando a Casa Rothschild foi contra, impedindo a participação do governo federal. No entanto, representantes do capital comercial estrangeiro apoiaram o esquema, que acabou contando com o financiamento de outros bancos estrangeiros e do próprio governo federal.

frequentes.⁴ O empreguismo ameniza a tendência ao desemprego estrutural; ao passo que os investimentos e a dívida públicos constituem o coração do processo de acumulação capitalista, em âmbito global e nacional.

Clientelismo político e privado

Certamente, todo clientelismo é político, mas usamos a expressão clientelismo político para abarcar fenômenos eminentemente políticos (como o empreguismo no setor público), distinguíveis do clientelismo privado, que envolve capitalistas e gastos estatais marcados por favorecimentos diversos (nos investimentos em infraestrutura, nas políticas de crédito, juros, isenções, processos de legalização de expropriações).

Pensamos especificamente no Brasil, onde, de maneira similar ao coronelismo na Primeira República, o fenômeno do clientelismo pode ser apreendido como um sistema nacional,⁵ que liga o local aos poderes estadual e federal, servindo de apoio à execução de políticas afins aos interesses hegemônicos no bloco no poder. Não obstante, são fenômenos distintos: no coronelismo, o “voto de cabresto” é expressão das relações pré-capitalistas dominantes no campo; ao passo que o clientelismo, baseado no “voto de barganha”, implica na expectativa de ganhos materiais (ou mesmo imateriais, ligados à pauta dos costumes) da parte de indivíduos ou grupos sociais desembaraçados das relações de dependência pessoal tradicionais.

Droulers (1989, p.126), ao analisar o clientelismo como empreguismo no Brasil e na França, define o fenômeno “como um mecanismo de recomposição social” em resposta à “disfunção do mercado de trabalho” e, ao mesmo tempo, componente central no jogo político. A autora recorre ao exemplo da Universidade Federal da Paraíba para ilustrar a relação “emprego público e clientelismo” e sua análise não deixa de relacionar o fenômeno ao atraso econômico; contudo, ao tratar do caso francês, essa correlação se enfraquece e prevalece o argumento de que o clientelismo-empreguismo não desaparece com o desenvolvimento do capitalismo.⁶ Do nosso ponto de vista, há correlação entre clientelismo e atraso econômico: como

4 Falamos em parasitismo no sentido que aparece em Marx, como funcional à reprodução do capitalismo, ao caracterizar o Estado (o poder executivo), em *O Dezoito Brumário*, como uma “terrível corporação de parasitas”; e no capítulo 24 do livro 1 de *O Capital*, ao analisar o fenômeno do endividamento público. Já a noção de clientelismo será usada sem muito rigor conceitual, como “concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (Carvalho, 1997).

5 Ambos operam como “sistema nacional” e o coronelismo implica em clientelismo, porém são fenômenos distinguíveis. Sobre o coronelismo, ver Carvalho (1997); Lessa (2015); Perissinotto (1994); Leal (1978); Saes (1998).

6 A fim de relativizar a questão regional, vale mencionar que, na segunda metade dos anos 1980, a Unicamp era conhecida como a “universidade do Quêrcia” (hoje, as três universidades paulistas, talvez, sejam “do PSDB”). Obviamente, a expansão das universidades públicas merece apoio, apenas chamaríamos a atenção para seu efeito político, pois mesmo o empreguismo *racional* (da ótica keynesiana) traz o risco alto de se traduzir em votos para candidatos identificados a interesses localizados e/ou corporativos, em vez de ser orientado por programas partidários.

argumentaremos, o clientelismo político pode ser mais pronunciado nos países periféricos e dependentes, ainda que não possa ser concebido como um resquício de formas de dominação precedentes.

Evans (1993, n.p.), ao analisar a temática do Estado e do desenvolvimento, associa o empreguismo ao Estado predatório, oposto ao desenvolvimentista, e entre os dois localiza o Estado intermediário. Os casos são exemplificados por meio das experiências do Zaire, dos países asiáticos Coreia do Sul e Taiwan, e do Brasil e Índia. O Zaire (governo Mobutu, 1965-1997) seria um caso extremado de Estado predatório, com a burocracia recrutada segundo relações familiares/de amizade e marcada pela orientação forte para a renda (a extração de recursos do Estado em benefício próprio). Os casos do leste asiático seriam amostras exemplares de Estados desenvolvimentistas, com burocracias mais próximas do tipo ideal *weberiano* de dominação racional, pouco afeitas à “orientação para a renda” e relativamente insuladas dos interesses privados dominantes. O Brasil seria um caso de Estado intermediário, no qual “bolsões de eficiência” no interior da burocracia existiriam cercados e cerceados por “normas clientelistas tradicionais”, com destaque para o empreguismo.

Ao mencionar as indicações políticas, Evans (1993, n.p.) ressalta que “enquanto os primeiros-ministros japoneses indicam apenas dúzias de funcionários e os presidentes norte-americanos centenas, os presidentes brasileiros indicam milhares”. Daí a fama do Estado entre os brasileiros como um “massivo ‘cabide de empregos’ preenchido mais na base de contatos pessoais que de competência”. De nossa parte, suspeitamos de certa idealização na análise do autor no tocante à burocracia dos países asiáticos. Por certo, o desenvolvimento é favorecido pela existência de burocracias bem pagas, bem treinadas, dotadas de espírito público, nacionalistas, conformação essa determinada pela capacidade de mobilização e pressão de grupos e/ou classes sociais, a depender de muitos fatores, entre estes do nível educacional dos cidadãos. Entretanto, se fossemos eleger um aspecto definitivo para o desenvolvimento, pelo menos no caso da Coreia do Sul, seria o peso da geopolítica do pós-guerra e a *ajuda* dos EUA, que as forças políticas sul-coreanas souberam aproveitar (Souza, 2021).

A recorrência à ideia de burocracia predatória à maneira de Evans (1993), de fato, nos serve para defender a seguinte ideia: nos Estados das formações sociais dependentes e periféricas, esse tipo de parasitismo seria mais pronunciado, e notadamente nos cargos na cúpula do Estado, outro fenômeno importante, e correlato, seria o *entreguismo*. Este, inclusive, obriga o analista político a considerar a hipótese de as nomeações políticas servirem de anteparo a práticas predatórias-entreguistas por parte da burocracia de carreira, *meritocrática*, em especial no contexto de governos progressistas. De maneira geral, há de se ter em conta também a possibilidade de a burocracia de carreira impor limites ao *entreguismo* por parte de funcionários políticos ou por meio das disputas entre ramos do Estado e/ou dentro de um mesmo segmento.

Isto é, entendemos que a atuação da alta burocracia faz do entreguismo um aspecto fundamental à análise do Estado dependente. Nos países centrais, o fenômeno tende a ser irrisório ou inexistente, pois são países, digamos assim, em fase mais *evoluída* de parasitismo, manifesto em clientelismos privados variados e largamente articulados à manutenção das posições dominantes na ordem capitalista mundial. É certo que, por vezes, clientelismos privados lembram o político e, efetivamente, existem intersecções,⁷ mesmo assim, é possível afirmar que, nos países desenvolvidos, a pressão dos grupos sociais organizados sobre as instituições tem efeito coibidor sobre o clientelismo político, ao passo que o clientelismo privado, sobretudo se relacionado ao poder do Estado em âmbito mundial (poder bélico e de mercado), é mais difícil de se controlar.

Na periferia dependente latino-americana, as dificuldades são mais generalizadas e, pior, os clientelismos político e privado estão eivados de entreguismo, prejudicial à conquista de situações de dependência menos desfavoráveis na economia mundial. Neste terreno, importa pouco se a motivação principal do entreguismo, de parte da burocracia e de políticos profissionais, reside na “orientação para a renda” ou na convicção de que é o melhor para o país. O que importa é o entreguismo como fenômeno central na vida política dos países dependentes e periféricos.

Neoliberalismo, clientelismo e rentismo

No mundo todo, os agentes políticos do neoliberalismo convivem bem com as práticas clientelistas nas relações entre os poderes Executivo e Legislativo (com o fisiologismo dos partidos políticos), desde que funcionais à viabilização política das contrarreformas neoliberais. Não obstante, na luta política-ideológica, essa convivência *aparece* como improvável, na medida em que predomina o ataque ao clientelismo político e, de modo mais seletivo, ao clientelismo privado. O alvo principal são sempre os *privilégios* dos funcionários de carreira e dos políticos profissionais, e o ataque costuma atrair para o campo político neoliberal, principalmente, segmentos das camadas médias, pois a posição destes na estrutura social tende a favorecer uma visão de mundo na qual clientelismo e meritocracia parecem ser antagônicos.

Concretamente, a investida contra clientelismos políticos e privados serve para incrementar o parasitismo do capital: o rentismo. O parasitismo como rentismo, ponto de imbricamento de clientelismos variados, na fase atual da dependência,

7 Por exemplo, sobre as despesas do Pentágono, há denúncias desde sobrepreços dos armamentos a problemas de funcionamento das armas e descumprimento de contratos pelas empresas fornecedoras, em um conjunto de gastos *irracionais* que aumentaram desde os ataques do 11 de setembro. Para um exemplo de intersecção de clientelismo privado com o “político” (predação à maneira de Evans) envolvendo os EUA, conferir: <<https://veja.abril.com.br/mundo/pentagono-gasta-us-184-000-em-resort-de-trump-na-escocia/>>. Indicamos ainda duas leituras rápidas sobre “irracionalidades e desperdícios” do Pentágono: <<https://plataformamedia.com/2021/09/14/meta-de-dos-gastos-do-pentagono-desde-2001-foi-para-empresas-da-area-da-defesa/>> e <<https://www.jacobinmag.com/2022/02/us-pentagon-budget-military-spending-f-35-nuclear-weapons/>>.

tem concentrado os interesses capitalistas dos países centrais nos países da periferia latino-americana. Isto porque, na nova divisão internacional do trabalho, países periféricos, mormente asiáticos, foram inseridos na economia mundial como produtores de manufaturados, ficando a América Latina relegada à condição de espaço privilegiado para o rentismo.

O Brasil, devido ao legado da fase desenvolvimentista, ainda ocupa uma posição intermediária entre uma situação e outra, mas o avanço do rentismo nas últimas três décadas é incontestável e tem implicado na expansão da predação de base eminentemente privada do Estado brasileiro, sem dúvida amparada na orientação para a renda da parte de funcionários de carreira e de políticos profissionais.

Falamos em rentismo de maneira abrangente, não restrita à produção de capital fictício, e sim como o modo de ser do capitalismo atual, dominado pelo “processo que submete a *criação de valor à extração de valor*” (Belluzzo; Galípolo, 2019, p.97). Isto significa que investimentos novos, portadores de inovação, empregos e renda, perdem espaço para as inversões que visam renda futura sem propiciar riqueza social nova. Sobre o Brasil, além das privatizações, do avanço das fusões/aquisições, cumpre mencionar o próprio desmatamento da Amazônia, pois terras são ocupadas e desmatadas na expectativa dos processos de legalização para então serem vendidas.

São inúmeras as atividades que cabem na concepção ampliada de parasitismo-rentismo. Comentaremos somente a principal, relacionada à produção de capital fictício pelo Estado brasileiro. Nas fases precedentes das relações de dependência, o Brasil recebia investimentos diretos estrangeiros e importava capital a juros para financiar investimentos e/ou refinar dívidas contratadas; na fase atual, os governantes usam os instrumentos de política econômica para atrair capitais estrangeiros à aquisição de capital fictício, público e privado, de papéis que especulam sobre o futuro. No caso da dívida pública, um porvir que o Estado procura apresentar como promissor por meio de políticas consideradas *responsáveis* pelo denominado Mercado (Souza, 2021).⁸

Basicamente, no processo de acumulação capitalista vigente, dominado pelas finanças, a condição de classe dominante dos capitalistas está, cada vez mais, relacionada à propriedade de capital fictício, mais do que dos meios de produção (Paulani, 2016). Entretanto, se “a apropriação de renda *rentista*”, por toda parte, está associada ao acúmulo crescente de dívidas públicas pelos Estados nacionais, o diferencial das taxas de juros é determinado “pelo ‘grau de confiança’ que os mercados globais estão dispostos a conferir às políticas nacionais *dos clientes* que administram moedas destituídas de reputação internacional” (Belluzzo; Galípolo, 2019, p.179-180, itálico nosso).

8 Como escreveram Palludeto e Rossi (2018, p.8, itálico nosso): “Pode-se definir o capital fictício, de forma geral, como direitos contratuais transacionáveis sobre um fluxo de renda futuro, e destacar três atributos que perfazem sua constituição: a renda futura, os mercados secundários e a *inexistência real*”.

Finalmente, sempre vale ressaltar: nas periferias dependentes, a dívida pública decorrente dos juros altos é a pior forma de parasitismo existente, pois extrai riqueza do Estado, portanto do país, que poderia ser usada de maneira produtiva. Ademais, tem por efeito restringir a autonomia estatal no manejo da política econômica pois, no plano internacional, o Estado se torna dependente das avaliações de risco do dito mercado e, internamente, uma vez consolidada a política de juros altos como diretriz da política macroeconômica, torna-se muito complicado restringir essa fonte extraordinária de extração de riqueza. A não ser nas situações de crises graves, marcadas por taxas de inflação e de crescimento econômico baixas, e fuga de capitais.

Considerações finais

Neste texto, procuramos indicar diferenças entre os Estados dos países centrais e os dos países dependentes-periféricos. Os clientelismos que caracterizam a vida política foram abordados como *parasitismos* no capitalismo. Também apontamos a relação de complementariedade entre neoliberalismo e clientelismo, além de sublinhar a identificação do parasitismo estatal com o rentismo, sendo a dívida pública sua manifestação mais perversa, algo evidente no Brasil em especial. De algum modo, esperamos ter evidenciado a articulação entre características do sistema político nacional (da vida política doméstica) e a situação de dependência dos países latino-americanos na ordem mundial, expressa no peso de interesses estrangeiros no bloco no poder. Em conclusão, parece claro que a situação de dependência está bem mais desfavorável do que foi no pós-guerra, porém o país já saiu de situações piores (há cem anos, era muito mais difícil) de modo que, parafraseando Evans (1993), o Estado pode ser a solução, sem deixar de ser o problema.

Referências bibliográficas

- AMIN, S. *Au-delà du capitalisme sénile: pour un XXIe siècle non-américain*. Presses Universitaires de France-PUF, 2002.
- _____. Por una estrategia de desarrollo autocentrado en África. *Africa-América Latina Cuadernos*, n.1, p.27-38, 1990.
- BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo: Contracorrente, 2019.
- CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v.40, p.229-250, 1997.
- DROULERS, M. Emprego Público e Clientelismo. *Sociedade e Estado*, Brasília, IV(1), p.126-144, jan./jun. 1989.
- EVANS, P. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, n. 28-29, São Paulo, abr. 1993.
- FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. In: FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. 41.ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- LESSA, R. *A Invenção Republicana*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.
- PALLUDETO, A. W.; ROSSI, P. O capital fictício: revisitando uma categoria controversa. *Texto para Discussão*. Campinas, IE-Unicamp, n.347, ago. 2018.
- PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, v.36, n.3 (144), p.514-535, jul.-set. 2016.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- SAES, D. A. M. de. Coronelismo e Estado Burguês: Elementos para uma reinterpretação. In: SAES, D. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2.ed. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- _____. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZOTTO, M. L. (orgs). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo: Xamã, 2007.
- SOUZA, A. M. *Dependência e governos do PT*. Curitiba: Appris, 2021.

Resumo

Neste texto, relacionamos considerações gerais a partir das quais refletimos sobre o Estado dependente e abordamos a temática do parasitismo estatal, discorrendo sobre clientelismos e rentismo, com o objetivo de apontar especificidades do Estado dependente.

Palavras-chave: Estado dependente, clientelismo, rentismo.

Abstract

In this text, we present general considerations from which we reflect on the dependent State and we talk about the theme of state parasitism, discussing clientelism and rent seeking. Our objective is to point out the specificities of the dependent State.

Keywords: dependent State, clientelism, rent seeking.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Democracia, dominação, emancipação

Luis F. Miguel e Gabriel E. Vitullo

Poulantzas no Brasil

Tatiana Berringer

Engels 200 anos

João Quartim de Moraes e Pedro Leão da Costa Neto

DOSSIÊ "José Carlos Mariátegui"

Deni Alfaro Rubbo, Leandro Galastri, Aníbal Quijano,
Michael Löwy, André Kaysel, Luiz Bernardo Pericás

Entrevista: Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya

Giovanna Marcelino e Bruna Della Torre

51